

# Ministro não sabe se as medidas farão efeito

Da sucursal de  
BRASÍLIA

"Estou preocupadíssimo", disse ontem, um ministro de Estado, ao analisar as medidas do "pacote" econômico extra-oficialmente anunciadas que o presidente Figueiredo deverá divulgar amanhã, depois da reunião do Conselho Monetário Nacional. O ministro previu que as medidas atingirão duramente todos os setores da economia, "porque não se pode fazer uma omelete sem quebrar ovos", mas não quis prever se elas atingirão o objetivo de reduzir a inflação, os juros e o déficit do balanço de pagamentos.

Disse que gastando menos com subsídio o governo pressionará menos o mercado financeiro, mas reconheceu que o financiamento da dívida pública interna, que está atualmente em Cr\$ 10 trilhões e poderá chegar a Cr\$ 15 trilhões no final do ano, continuará exercendo pressão sobre as taxas de juro, pois o governo paga juros reais de 40% ao ano mais correção monetária plena aos aplicadores.

A dívida pública interna, junto com os subsídios ao consumo e às empresas e as despesas diretas e indiretas do governo, é um dos principais responsáveis pelo déficit público, segundo o ministro. Na sua opinião, ele só será combatido de maneira eficaz se o governo promover, a partir de agora, uma desindexação gradual da economia.

O ministro não quis comentar as razões que impedem o governo de reduzir a remuneração dos seus papéis, de curtíssimo prazo, impedindo a correção monetária plena mais juros reais de 40%. Disse que não se pode negar a dívida, "tem-se que pagá-la". Insistiu na desindexação da economia, particularmente no expurgo dos aumentos de preços decorrentes do corte dos subsídios na formação do INPC. Reconheceu, porém, que as autoridades econômicas ainda não chegaram a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

DESCONFIADO

Por outro lado, esse mesmo ministro desconfia da eficácia das medidas para reduzir o déficit público, particularmente em relação às empresas estatais, porque para classificá-lo, estão sendo utilizados critérios contraditórios. Um deles, por exemplo, considera déficit o investimento das empresas.

O ministro disse que existe um "claro engano" em considerar empresas estatais instituições supervisionadas pelo governo, como Sudam, Sudene, Embrapa, Embraer, entre outras, pois elas não desempenham atividades produtivas. Não se pode considerar seus gastos como rombos nas estatais.

As empresas que desempenham atividades produtivas, ressaltou, não apresentam rombos orçamentários, mas apenas investimentos, que, evidentemente, gerarão retorno. Além disso, as empresas estatais produtivas tomaram recursos externos para cobrir despesas do governo e isso também não pode ser considerado déficit. Vale dizer, dos Cr\$ 2 trilhões a Cr\$ 2,5 trilhões de gastos das estatais, uma grande parte não pode ser considerada déficit público.

Sem saber realmente quais serão as consequências do "pacote" que se anuncia, pois não quis afirmar taxativamente se ele reduzirá a inflação e a recessão, o ministro admitiu estar "preocupadíssimo", porque ainda não se chegou a um consenso sobre as medidas. Disse que as reuniões entre as autoridades se multiplicaram nos últimos dias, se estenderam ontem e se estenderão hoje, sem horário para interrupções. Confirmou não haver consenso, também, sobre a desindexação da economia.

Se não houver a desindexação, disse, os salários vão ser reajustados pelo INPC pleno, sem expurgo do aumento do preço do petróleo e do trigo e do custo do crédito agrícola. Com isso, "a inflação aumentará e a recessão se agravará".